

## SOCIEDADE E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A DIFERENTE TRAJETÓRIA DO CASO BAIANO

SOCIETY AND HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: THE DIFFERENT PATH OF THE BAHIA STATE CASE

SOCIEDAD Y ENSEÑANZA SUPERIOR EN BRASIL: LA TRAYECTORIA DIFERENTE DEL CASO BAHIANO

### Luiz Felipe P. Serpa

*Professor da UFBA. Pesquisador na Linha de Pesquisa Currículo e Tecnologias de Informação e Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Educação*

### Maria Couto Cunha

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da UFBA. Professora da Faculdade Integrada da Bahia*

#### • Resumo

Este artigo trata da evolução histórica do ensino superior no Brasil, com destaque às especificidades dessa dinâmica no Estado da Bahia. Ressaltando que o processo econômico, social e político, vivenciado neste Estado do Brasil, proporcionou singularidades e refletiu marcadamente na evolução do seu sistema de ensino superior, distanciando-o em muitos aspectos das tendências experimentadas no contexto do sul e sudeste do País, os autores alertam para a necessidade de estudos de cunho regional para o estabelecimento de políticas públicas no setor.

**Palavras-chave:** Ensino superior. Evolução histórica. Especificidades. Mudanças sociais. Políticas públicas.

#### • Abstract

This article deals with the historical evaluation of higher education in Brazil, focusing on the peculiarities of the State of Bahia. By stressing that the economic, social and political processes experienced by this state provided peculiar characteristics and are markedly reflected in the evaluation of its higher education, different in many aspects from the trends experienced in the South and Southeast of the country, the authors point to the need of regional studies to set forth the public policies for this sector.

**Keywords:** Higher education. Historic evolution. Peculiarities. Social changes. Public policies.

#### • Resumen

Este artículo trata de la evolución histórica de la enseñanza superior en Brasil, con énfasis en las particularidades de esa dinámica en el Estado de Bahía. Destacando que el proceso económico, social y político vivido en este estado de Brasil brindó singularidades y se reflejó notablemente en la evolución de su sistema de enseñanza superior, alejándolo, en muchos aspectos, de las tendencias presentes en el sur y sudeste del país. Los autores llaman la atención hacia la necesidad de estudios de carácter regional para el establecimiento de políticas públicas en el sector.

**Palabras-clave:** Enseñanza superior. Evolución histórica. Particularidades. Cambios sociales. Políticas públicas.

Os estudos sobre o ensino superior no Brasil contemplam, em geral, análises baseadas em médias estatísticas nacionais como se existisse um mínimo de homogeneidade no espaço social brasileiro e como se os processos históricos das diferentes regiões do Brasil não tivessem as suas especificidades e as suas singularidades. Assim, devido à concentração de instituições e cursos superiores nas regiões sul e sudeste, perde-se a oportunidade de compreender os processos históricos do ensino superior nas outras regiões do país e, mais ainda, em cada estado da Federação.

Em consequência, as políticas públicas de ensino superior sofrem o viés desses estudos e distorcem ainda mais o equilíbrio federativo.

Propomos, neste trabalho compreender o processo histórico do ensino superior na Bahia, suas especificidades e singularidades, bem como as dinâmicas ressonantes com os processos nacionais, a fim de contribuir para uma melhor compreensão do ensino superior no País.

Partimos da premissa segundo a qual o sistema educacional, componente integrante e fundamental da estrutura social, ao tempo em que contribui para as mudanças sociais, sofre os impactos das dinâmicas da sociedade como um todo. Com isto procuramos identificar as relações entre a oferta dos cursos de nível superior da Bahia e al-

guns aspectos econômicos, sociais e políticos da sua história.

Desta forma, procuramos verificar os fatores que têm levado à criação de novos cursos, conforme as épocas em que eles aparecem ao longo da trajetória desse sistema de ensino, traçando uma correspondência entre os períodos históricos identificados em nível nacional e o processo de evolução desse sistema no caso particular da Bahia. Os resultados mostram alguns tópicos ressonantes desses dois períodos e outros que, até certo ponto, são dissonantes em relação às tendências nacionais.

Iniciamos delineando um paralelo entre a história do sistema de ensino superior brasileiro e a do sistema baiano, enfatizando a sua criação e o processo de formulação e implementação das suas políticas, sempre relacionadas aos aspectos sociais, econômicos e políticos desses dois contextos. Em seguida, destacamos as peculiaridades, no caso baiano, do crescimento da rede estadual de ensino e, posteriormente, da rede particular. Em continuidade, comentamos aspectos que se relacionam com o recente processo de expansão da oferta desse nível de ensino na Bahia, o qual se caracteriza por uma diversidade de tipos de cursos e habilitações, principalmente nas instituições estaduais e particulares, que se colocam para fazer face às transformações econômicas e sociais do mundo contemporâneo.

## **DOS PRIMEIROS CURSOS AO DEBATE EM TORNO DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL**

A evolução do ensino superior no Brasil tem características peculiares: ele

foi tardio, foi implantado a partir de grandes escolas profissionais e teve origem pú-

blica, como iniciativa do Estado (SERPA, 1999, p. 1). Focalizando especificamente o Brasil Colônia, embora estivesse vinculado ao movimento de expansão do capitalismo europeu, principalmente na sua fase comercial, caracterizada pelo mercantilismo e pela colonização, ele não acompanha os países europeus na consolidação do capitalismo na sua fase industrial, a partir do século XVIII e XIX, e continua preso às determinações da sua metrópole nos limites do Pacto Colonial. Conforme se sabe, o contexto sócio-político-econômico, desenvolvido na Europa com a Revolução Industrial, vai exigir das instituições universitárias aí existentes um novo produto: o homem formado para o trabalho, o que dá novas funções ao ensino superior. O Brasil não se encontra envolvido, nesse momento, neste processo. Permanece, portanto, com uma economia escravocrata, agrária e exportadora de produtos tropicais e proibido de desenvolver a manufatura, inclusive para favorecer a importação de produtos britânicos, conforme tratado firmado entre Portugal e Inglaterra.

Assim, o ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30 do século XX, em contraste com alguns países da América espanhola, que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e o Peru. Mesmo levando em conta que a colonização dos países da América Latina teve pontos comuns, no caso da colonização portuguesa, alguns fatores levaram a que a história brasileira tivesse uma trajetória singular se comparada à dos seus países vizinhos.

Para compreendermos essa singularidade, temos que considerar o processo de colonização da América espanhola e da portuguesa.

Os espanhóis desenvolveram uma colonização intensiva e urbana, pois necessitavam conquistar as terras que eram ocupadas por povos que se organizavam em forma de Estado (incas, maias e astecas). O mesmo não ocorreu com os portugueses, pois estes não encontraram povos com essas características e, conseqüentemente, puderam desenvolver uma colonização extensiva e rural (HOLANDA, 1985).

Assim, os espanhóis, desde o século XVI sentiram necessidade de criar Imprensa e Universidade, duas instituições caracteristicamente urbanas. Por outro lado, sendo a colonização portuguesa extensiva e rural, não houve nenhuma necessidade de criar essas instituições.

No Brasil, a Universidade vai surgir no processo de urbanização que ocorre associado ao de industrialização, no século XX.

Deste modo, a instalação do ensino superior no Brasil, através de cursos isolados, se dá com a chegada da Família Real no seu território. São fundadas, então, a partir de 1808, as primeiras escolas superiores, para atender às necessidades da Coroa Portuguesa. Se antes a educação da nobreza só podia ser feita na Metrópole, uma vez que a Colônia, pela sua estrutura econômica, de caráter agrário-exportador dependente, não precisava de escolas superiores, com a impossibilidade de formar seu pessoal na Europa, a Coroa Portuguesa, com sua

transferência para o Brasil, necessitou criar escolas superiores para a formação de seus quadros dirigentes. Mesmo assim, não precisou de Universidade.

E foi na Bahia que se deu a criação do primeiro curso de ensino superior no País, o de Medicina, instituído através do documento assinado por D. João VI, em 18 de fevereiro de 1808, que se instala nessa província durante alguns meses, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro. O modelo de formação profissional nesse período combinou o pragmatismo que orientava a reforma da Universidade de Coimbra, promovida pelo Marquês de Pombal, e o modelo napoleônico que se caracterizava pelo divórcio entre ensino e pesquisa. Com isto foram criados outros cursos (Engenharia, Direito e outros) dentro de um padrão de ensino fortemente marcado pela formação profissional e pelo controle do Estado. Esse sistema se desenvolve lentamente até a Proclamação da República, em 1889, sempre voltado para a formação de uma pequena elite para ocupar posições privilegiadas e de prestígio social (SAMPAIO, 1991, p. 3).

Mesmo a independência política, em 1822, não resultou em mudanças no modelo de ensino superior adotado, nem em uma ampliação e diversificação do sistema. No Império, esse sistema se constituiu de cursos isolados, com base na influência européia. Desta forma, o ensino superior no Brasil mantém-se, nesse período, exclusivamente público e privativo do poder central, o que dava ao sistema certa imobilidade e dependência total do controle do Estado. Só

em 1850, sob o governo de Dom Pedro II, que se observava uma expansão gradual do número de instituições educacionais e a consolidação de alguns centros científicos (SAMPAIO, 1991, p. 3).

Por outro lado, a idéia da criação de uma universidade no País contava com reações as mais diversas. Desde daqueles que sustentavam que os cursos especializados, como a Engenharia, Minas e Agronomia, por terem caráter pragmático, seriam mais apropriados à ex-colônia, como daqueles que consideravam os cursos de caráter humanístico como fúteis e ultrapassados. A idéia de uma universidade também contava com a resistência dos positivistas da época, contrários à ingerência oficial na educação (SAMPAIO, 1991, p. 5 e 6).

A abolição da escravidão, a queda do Império e a Proclamação da República vão impulsionar mudanças sociais consideráveis, influenciando também a educação no Brasil. A nova Constituição da República descentraliza o ensino superior para os estados, incentivando com isso a criação de faculdades isoladas em alguns estados da Federação e permitindo a criação de instituições particulares, o que vai gerar um início de ampliação e diversificação do sistema. Nas três primeiras décadas do Século XX, o número de estabelecimentos ampliou-se e ocorreram mudanças de ordem qualitativa, ao ser enfatizada, a partir daí, a formação tecnológica, que, por sua vez, exige uma melhor base científica e estimula o desenvolvimento da pesquisa. Alguns cursos são criados nessa época, ensaiando esse formato (es-

colas politécnicas, escolas de agricultura, etc.), onde começa a conviver o ensino profissional com a preocupação com a pesquisa (SAMPAIO, 1991, p. 7).

Desenvolve-se daí a idéia da criação de uma universidade, agora na tentativa de dar novas funções ao ensino superior. Era preciso abrigar a pesquisa, a ciência, as humanidades, de modo mais estável, e promover a formação do pesquisador para a qual as escolas profissionais existentes eram inadequadas. Iniciava-se, assim, um debate, envolvendo diversos setores da área da educação, culminando na elaboração de alguns projetos e, posteriormente, na criação das duas primeiras universidades no Brasil, que reuniam as escolas tradicionais existentes. Deste modo, os debates sobre um novo modelo de universidade, que integrasse as faculdades profissionais existentes e permitisse o desenvolvimento de estudos e de uma cultura nacional, tomavam cada vez mais espaço no cenário intelectual e político brasileiro.

No contexto baiano, após a criação do curso de Medicina na Escola Cirúrgica da Bahia, no antigo Hospital Real Militar da Cidade do Salvador, em 1808, o próximo curso criado foi o de Farmácia, em 1832, instituído naquela Escola, que a partir daí se denomina Academia Médico-Cirúrgica. Antes da República, mais três cursos de nível superior são oferecidos no Estado. O de Agronomia (1877), por iniciativa do Governo do Estado, já antecipando a tendência de descentralização do ensino superior no Brasil, conforme assinalado acima; o de Arquitetura (1877), com a fundação da Aca-

demia de Belas Artes, de iniciativa particular; e o de Odontologia (1884), através do Decreto Imperial 1270, como curso anexo da Academia de Medicina.

Seguindo essa tendência de formação para as profissões liberais, depois da Proclamação da República, é criado, em 1891, na Bahia, a Faculdade Livre de Direito da Bahia, e, mais tarde (1896), o Instituto Politécnico, depois transformado em Escola Politécnica, de iniciativa do Governo do Estado, para formar engenheiros. Na Primeira República, apenas mais um curso superior é criado na Bahia. O de Bacharel em Comércio e Fazenda, na Escola Comercial da Bahia, instituída por um grupo de negociantes, industriais e funcionários públicos sob o patrocínio da Associação Comercial da Bahia, para a formação de guarda-livros, peritos comerciais e empregados da Fazenda Federal, a exemplo do que já acontecia em outros estados da Federação (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais).

Verifica-se, no período em análise (Brasil Colônia, Império e Primeira República), os indícios, na Bahia, das características de formação do sistema de ensino superior do País, com o surgimento dos cursos profissionais, de início sob o controle do Estado e, mais tarde, na República, com a abertura para a participação dos governos regionais e da iniciativa privada nessa oferta. No entanto, a Bahia não acompanha os movimentos evidenciados no sul do País, com relação à consolidação da idéia de universidade. As iniciativas de expansão de uma rede de ensino superior, neste Estado, são muito tímidas, considerando as tendências da região.

## A CONSTITUIÇÃO DE UM PRIMEIRO MODELO DE UNIVERSIDADE NO BRASIL

No contexto nacional, após a Revolução de 30, no Governo Provisório de Vargas ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como Ministro Francisco de Campos que, por meio de uma reforma, estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras, antes mesmo de ser criada qualquer universidade de acordo com as idéias desenvolvidas no período de liberdade política. Sua reforma, entretanto, não colocava em prática os ideais dos educadores e intelectuais da época. Mesmo assim, dois projetos de universidade nesse período são implementados que teriam continuidade. A Universidade de São Paulo – USP –, que resulta, em 1934, da reconciliação entre as elites paulistas com o governo central de Getúlio Vargas, criada dentro das normas gerais da legislação de Francisco Campos com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mas com uma orientação própria e grande autonomia. E a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, que não conseguiu desenvolver, do mesmo modo, no seu interior, o ambiente de efervescência intelectual e de pesquisa científica, que marcou a Universidade de São Paulo (SAMPAIO, 1991, p. 11). Um outro projeto foi o da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), sob o comando de Anísio Teixeira, que se constituiu numa tentativa de formulação de uma universidade livre, voltada para o debate e a construção de um saber crítico, mas que foi impedida de avançar, pela política do Estado Novo de Vargas, implementada em 1937 (JEZINE, 1999, p. 4).

As novas universidades não nascem das demandas de amplos setores da sociedade, nem de reivindicações das próprias instituições de ensino superior. Resultam de iniciativas de grupos políticos, intelectuais e educadores nem sempre ligados ao ensino superior e, ao incorporar os interesses dos integrantes do sistema anterior, tiveram que confrontar com interesses estabelecidos e a continuar prestigiando o modelo antigo de faculdades orientadas para a formação de profissionais liberais, razão por que se tornou difícil a implantação da pesquisa nas universidades recém-criadas. Assim, o modelo de universidade, centrado na pesquisa, é institucionalizado parcialmente em algumas regiões do país, sendo a USP um exemplo que se consolida, a partir do apoio de setores produtivos do Estado de São Paulo, preocupados com a formação de novas elites na área econômica e na burocracia estatal (SAMPAIO, 1991, p. 12).

A partir de então, até o início dos anos 60, nenhuma mudança significativa acontece no modelo das instituições universitárias. Entretanto, é neste período que se inicia uma grande ampliação do sistema de ensino superior brasileiro, sobretudo devido ao desenvolvimento da rede de universidades federais e o aparecimento de universidades católicas e, mais tarde, das particulares. Este período corresponde a uma época em que o País vai experimentar efetivas mudanças no que se refere aos aspectos políticos, econômicos e sociais, em con-

seqüência da implementação do Estado populista-desenvolvimentista, que representa uma aliança entre o empresariado nacional, que deseja o desenvolvimento do processo de industrialização capitalista e setores populares, com aspirações de participação econômica e política, mudanças estas que vão resultar numa pressão para o aumento das matrículas do ensino superior.

Inicia-se aí um processo de diversificação desse sistema de ensino, através da sobreposição de modelos – o da formação para as profissões tradicionais e o centrado na pesquisa – e a multiplicidade de instituições de ensino, formando várias redes de ensino (as públicas – federal e estadual, e as privadas – laicas e religiosas), que estavam sendo criadas (SAMPAIO, 1991, p. 13). Inicia-se, também, uma diversificação da tipologia de cursos oferecidos. O processo de substituição das importações empreendido no Brasil, pelas circunstâncias históricas ligadas aos conflitos dos países europeus, vai redirecionar alguns dos objetivos do ensino superior brasileiro, levando-o a oferecer cursos para um mercado de trabalho emergente e diversificado. Vão surgir, então, cursos que se dirigem a profissões nas áreas industrial e de serviços, que vão fazer frente a novas necessidades sociais, ao lado de outros que se voltam ao aprofundamento dos estudos, firmando a pesquisa como uma das vocações das instituições universitárias. Neste contexto de mudanças e de pressões de uma nova demanda que via nos diplomas escolares uma garantia de acesso ao mercado de trabalho, apa-

rece também a necessidade de formação de professores para o atendimento aos diversos graus de ensino, no que resultou na multiplicação dos cursos voltados ao magistério. Por fim, outros cursos de graduação se destinam ao desenvolvimento de projetos culturais, que resultaram na criação de escolas no campo das artes e da cultura.

Pode-se, pois, identificar desta forma, uma fase do sistema de ensino superior no Brasil, a partir dos anos 30 até meados da década de 60, que se caracteriza, no início, pela criação das primeiras universidades brasileiras no sudeste e posteriormente pela implantação das universidades federais nos demais estados, principalmente no decurso dos anos 40 e 50; pelo surgimento das universidades católicas e faculdades isoladas particulares, nas diversas regiões do Brasil; pelo crescimento e pressão da demanda por cursos de ensino superior, notadamente, como produto do processo de desenvolvimento urbano-industrial; pela ampliação e diversificação da tipologia de cursos, advindas das novas necessidades econômicas e sociais do contexto brasileiro.

Na Bahia, este período marca a criação da Universidade da Bahia, com a aglutinação de escolas de ensino superior existentes e a constituição de outras instituições de ensino, quer da iniciativa do Governo do Estado, quer da iniciativa particular. Em 1934 é criada a Escola de Engenharia de Agrimensura, estabelecimento particular e em 1941 é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo então Secretário da

Educação, Isaías Alves, congregando diversos cursos e que vai ser federalizada e compor com mais oito escolas de ensino superior existentes, a Universidade da Bahia, em 1946. Em seguida, outros cursos vão sendo criados ou incorporados à Universidade recém-criada: Enfermagem, Jornalismo, Biblioteconomia, Medicina Veterinária; são também realizados nesta fase os Seminários Livres de Música, como as primeiras realizações do projeto de Universidade do Reitor Edgard Santos.

Das iniciativas particulares, cumpre destacar, a partir de 1951, o início de cursos (Música, Letras, Direito, Serviço Social e outros) que vão constituir a Universidade Católica do Salvador, reconhecida pelo Governo Federal em 1961; a fundação da Escola Superior de Estatística (1953) e da Escola de Medicina e Saúde Pública, mantida pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência. Outras faculdades vão se instalar no sul do Estado, especificamente em Ilhéus e Itabuna, que vão oferecer cursos (Direito, Ciências Econômicas, Letras, Filosofia), que mais tarde, juntamente com outros vão integrar a Federação das Escolas Superiores de Itabuna e Ilhéus – FESPI. Também no interior do Estado, de iniciativa particular, ainda, salienta-se a criação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (1961). No final da década de 60, Salvador ganha mais uma instituição particular de ensino superior – a Faculdade de Educação da Bahia, conhecida como Faculdade de Educação Olga Mettig, que vai oferecer o curso de Pedagogia.

Apesar de tais evidências na Bahia das características apontadas acima, próprias desta fase na evolução do ensino superior brasileiro, mister se faz identificar algumas especificidades do caso baiano neste particular, se se quer relacionar esse processo com o contexto histórico-político, econômico e social do Estado.

Nos primeiros quarenta anos do século XX, o crescimento da economia baiana era pequeno. A produção que mais cresceu até o final desse período foi a de produtos alimentícios, de baixo valor agregado e mais adequada a um mercado local com alta concentração de renda. O mercado de trabalho urbano não-agrícola era caracterizado pelo emprego em pequenos estabelecimentos, com baixo dinamismo (AZEVEDO, 2000, p. 52).

Apesar dos incentivos como isenção de impostos, financiamento de engenhos e usinas, construção de estradas de ferro e outras formas de intervenção do Governo durante toda a Primeira República, em apoio à produção do açúcar, a economia do Recôncavo baiano não se dinamizava. Vários autores têm concentrado seus estudos sobre essa época, tentando decifrar o que Pinto de Aguiar (1977) denominou de “enigma baiano”, que expressa um fenômeno que contrasta com o estágio de uma indústria de transformação relativamente diversificada existente no século anterior. Nas décadas de 40 e 50 a indústria “se concentra no setor alimentício (padarias, torrefação de café, moinhos) notando-se uma impressionante estagnação dos setores têxtil e fumageiro”

(TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 88). Assim, o surto de industrialização experimentado pelo sul e sudeste do Brasil não se efetiva no território baiano.

Este cenário mostra um distanciamento da Bahia em relação às dinâmicas que se efeturaram no centro-sul do País, que corresponderam ao período de incremento da industrialização, a partir do Governo Provisório de Vargas, em 1930, e que vão incidir no sistema de ensino superior naquele contexto, conforme assinalado.

Assim, os primeiros cinqüenta anos do século XX são de estagnação do crescimento econômico regional baiano, com a consolidação do cultivo do cacau como principal produto de exportação, situação que só vai se modificar nos meados da década de 50, com a chegada da Petrobrás e da CHESF para a Bahia e de ações de incentivo e planejamento do Governo, com o objetivo de incrementar o setor industrial do Estado. Nos anos 50 e 60, portanto, os investimentos da Petrobrás e os incentivos para o Centro Industrial de Aratu impulsionaram o setor industrial no Recôncavo e trouxeram ondas de otimismo numa economia ainda dependente das exportações do cacau e com um mercado interno limitado.

Foram mudanças significativas para o Estado que resultaram na sua incorporação à economia nacional, numa integração através do fornecimento de produtos intermediários para as indústrias do centro-sul. Neste quadro de mudanças assume grande importância o planejamento do Estado, através da

Comissão de Planejamento Econômico (CPE), que surge na segunda metade dos anos 50 como instância de planejamento e articulação entre os principais agentes desse cenário.

O ensino superior na Bahia vai refletir a dinâmica desse processo. Como o setor industrial só se desenvolve, neste Estado, nos anos 50 e 60, unidades de ensino são implantadas ainda para a formação das profissões liberais, contudo, aos poucos, vão se orientando para as novas realidades que lentamente vão se configurando. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1941, a criação da Universidade da Bahia, em 1946, aglutinando escolas já existentes, inclusive a Faculdade de Filosofia recém-criada, a ampliação da oferta da Universidade, com novos cursos, sintonizados com as novas necessidades, expressam uma aproximação com o movimento vivenciado no sul e sudeste do País, com vistas à instituição de novas bases para o ensino superior. É instalado, posteriormente, o curso de Geologia, incentivado pela necessidade de investigação e exploração do pólo petrolífero do Recôncavo baiano; o curso de química também é criado para atendimento às necessidades da indústria e o de Administração, que vai dar suporte às reformas do Estado e a implantação dos pólos industriais no final desse período.

Deve-se considerar que já nos meios institucional e político, idéias de formação de uma universidade na Bahia eram cultivadas desde a década de 30. Ernesto de Souza Campos, em 1945, como Ministro da Educação do Gover-

no Gaspar Dutra, houvera manifestado a intenção de criar duas universidades no Nordeste brasileiro. Na realização dos estudos para a implantação de uma instituição em Recife e outra na Bahia, foi significativa a participação de Pedro Calmon, tanto em termos de articulação como na preparação do próprio projeto de criação da Universidade da Bahia. Este político baiano, eleito deputado federal em 1935, já havia apresentado um projeto legislativo para a criação de uma universidade na Bahia, mas que, na época, não tivera acolhida entre seus pares na Assembléia Legislativa. No entanto, em 1946, conseguido este intento, ele próprio preside, no Salão Nobre da Faculdade de Medicina, o ato da criação da Universidade da Bahia, escolhendo como reitor o Professor Edgard Santos, diretor dessa Faculdade (BOAVENTURA, 1999, p. 14).

A partir de então, novas unidades e novos cursos vão sendo integrados, assumindo essa instituição, além das atividades de ensino, as funções da pesquisa técnico-científica e a extensão, num esforço de articulação político-administrativa, para a execução de um projeto de universidade, onde os vários campos do conhecimento e da atividade humana estivessem representados. Chama a atenção neste sentido a importância dada nesse projeto às artes, às letras e à cultura, demonstrada na criação de novas unidades e cursos, na contratação de novos intelectuais e especialistas recrutados fora do contexto baiano, e na promoção de inúmeros eventos de incentivo ao de-

seenvolvimento científico, cultural e artístico do Estado.

Esse é um traço tipicamente baiano, no processo de criação da Universidade da Bahia, cujos resultados dotaram a Universidade de características muito próprias, se comparadas a outras instituições federais; é o que denominamos projeto Edgard Santos, pois ele compreendeu, em benefício da jovem Universidade, que a tradição das velhas escolas deveria ser diversificada, instituindo novas áreas de atuação em coerência, por um lado, com as demandas e expectativas de seu tempo e as projeções, que então se faziam, para o futuro da sociedade e economia baianas; por outro, a diversificação acadêmica deveria contemplar também as vocações mais remotas e históricas da Bahia, potencializando, na Universidade, a tradição das expressões culturais e artísticas (SERPA, 1998, p. 7).

Assim, Edgard Santos implantou uma Universidade cujo traço fundante encontra-se na área de humanidades e artes, sem deixar de atender as questões do desenvolvimento nacional e local. Ainda hoje pode-se notar, através do perfil de cursos de doutorado oferecidos pela Universidade, a presença viva do projeto de Edgard Santos.

O impacto da instalação da Universidade na sociedade baiana, nos seus aspectos culturais, é bem caracterizado quando se contrasta a situação de atraso do Estado da Bahia em relação ao processo de industrialização e urbanização do centro-sul do País, a partir da década de 30 e os resultados da atuação da Universidade recém-criada

na reversão deste quadro, contribuindo para a inauguração do modernismo cultural neste Estado, nos anos 50 (RUBIM, 2000, p. 80). Ao lado disso, e conforme já assinalado, a Universidade vai se conformando aos novos requisitos que o cenário social e econômico vai se apresentando, no que resultou na criação de novos cursos, tanto voltados ao setor produtivo industrial e agrícola como ao setor de

novos serviços, sejam como apoio técnico ao setor primário e secundário da economia, sejam para o atendimento às novas necessidades sociais (como nas áreas de saúde e educação). Como também se verificou, outras instituições de ensino superior criadas pelo Governo do Estado e pela iniciativa particular vão surgindo, procurando dar cobertura a esses novos requisitos e a essas necessidades, inclusive no interior do Estado.

## **REDIRECIONANDO O MODELO DE UNIVERSIDADE EM ÂMBITO NACIONAL**

Concomitante a esse estágio de desenvolvimento sócio-econômico e cultural da Bahia, que desenha novos contornos ao sistema de educação superior do Estado, entra em cena, em nível nacional, novos debates sobre a questão universitária. No contexto das mudanças derivadas do desenvolvimento do processo de industrialização capitalista, já numa fase de internacionalização da economia nacional, principalmente com uma política desenvolvimentista lançada durante o Governo Kubitschek, no contexto da ampliação da participação dos setores médios e populares no campo econômico e político, surge uma maior pressão para o aumento das matrículas do ensino superior e para as transformações do modelo de universidade até então adotado no País. Com isso, abrem-se novas perspectivas para que as universidades se ajustem a esse momento da sociedade brasileira.

Neste panorama de mudanças e de pressões de uma nova demanda, que via no diploma de ensino superior uma ga-

rantia de acesso ao mercado de trabalho, ampliado pelas burocracias estatais, começa a discussão, em fins da década de 50, de certo modo retomando os ideais do movimento da década de 20, colocando em questão a reforma da universidade. As críticas recaíam sobre: a estrutura universitária vigente baseada na instituição da cátedra, a fragmentação causada pelas escolas profissionais, que isolavam professores e alunos em cursos especializados em escolas diferentes, e sobre o aspecto elitista do sistema, que continuava a atender a uma parcela pequena da população (SAMPAIO, 1991, p. 14).

A proposta desse modelo de universidade foi concretizada com a criação da Universidade de Brasília, em 1961, idealizada por Darcy Ribeiro e outros intelectuais que pretendiam fundar uma universidade eminentemente brasileira para refletir e discutir os problemas nacionais, manter junto ao governo uma reserva de especialistas de alta qualificação e criar um paradigma moderno

para o ensino superior, capaz de influenciar nos rumos da sociedade (CUNHA, 1989, apud JEZINE, 1999, p. 5). No entanto, este modelo de universidade não chega a se efetivar na sua versão original, devido à nova política de regime militar iniciada no País, em 1964. Essa nova política, por outra parte, incorporando alguns elementos propostos pelo movimento docente e estudantil da época, estabelece a reforma do ensino superior de 1968, que imprime um modelo único de universidade no País, baseado na abolição da cátedra, na criação de departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa, na implantação de institutos básicos, na flexibilização do currículo com o sistema de créditos e na semestralidade, dentre outros elementos.

Na verdade, em termos socioeconômicos e políticos, o Brasil, no início dos anos 60, experimentava uma contradição: no final do ciclo do modelo econômico da *substituição das importações*, quando o País não apenas produzia bens de consumo não-duráveis, mas passa a produzir, também, bens de consumo duráveis, com a participação de empresas estrangeiras, emerge o antagonismo entre o modelo econômico e a ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista vigentes. O golpe de 64 vai *resolver* esse conflito na medida em que impõe a adaptação da ordem reinante ao modelo econômico fundamentado no capitalismo internacional. Sendo a universidade caixa de ressonância das transformações assim consolidadas e constituindo-se palco de reivin-

dicações reformistas, especialmente a partir do movimento estudantil, nessa dinâmica, passa a ser alvo de medidas do Governo, buscando o seu enquadramento ao novo regime. A Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 constitui o instrumento que fixa as novas normas de organização e funcionamento do ensino superior em todo o País.

Com isso, os anos que se seguiram corresponderam a um período de repressão política e de implantação de um novo modelo de universidade, sendo considerada exceção qualquer instituição de ensino superior que não adotasse os padrões desse novo modelo único, como no caso dos estabelecimentos isolados. Por outro lado, esse período foi, também, de expansão do sistema, para atender à explosiva demanda, expansão esta que operava de duas maneiras: pela ampliação das vagas do setor público federal e pelo estímulo à expansão do setor privado. As características deste crescimento, por seu turno, vão ocasionar duas conseqüências para o sistema de ensino superior brasileiro: a) o crescimento da rede privada a ponto de inverter a composição da matrícula, por redes de ensino; e b) o afastamento cada vez maior das instituições ao modelo único que a legislação fixava (SAMPAIO, 1991, p. 16). De fato, em 1961, as matrículas das instituições privadas correspondiam a 44% do total. Ao cabo de duas décadas, a proporção das matrículas nesse setor privado sobe para 63,3%, conforme dados do SEEC/MEC. Como a rede privada cresce com a proliferação de estabelecimentos iso-

lados, o modelo de instituição universitária que alia o ensino à pesquisa fica cada vez menos representativo no cenário nacional, configurando-se esta situação de forma nítida e de modo expressivo no sul e sudeste do País.

Com efeito, o modelo único preconizado pela Reforma 68 vai se descaracterizando por esta expansão exagerada, tornando o sistema de ensino superior mais diferenciado, mais desigual. De um lado, o setor público multiplica a sua matrícula com os mesmos cursos, criando, a partir daí, uma série de disfunções, principalmente no que se refere à ampliação dos quadros docentes, com sistemas paralelos de contratação, gerando heterogeneidade na remuneração e nas condições de trabalho, assim como a desvalorização dos critérios acadêmicos para a admissão. E, de outro, o setor privado se dilata, sob a influência das leis do mercado, abrindo um espaço para o fortalecimento de um sistema empresarial de ensino no qual a qualidade da formação oferecida é secundária e a pesquisa totalmente irrelevante e onde são oferecidos cursos, os mais baratos e exequíveis.

Os efeitos das disfunções geradas pela expansão do sistema público federal e pelo crescimento desordenado da rede particular se prolongam até a década de 80, caracterizada por uma época de crise, impulsionada pela conjuntura econômica internacional e uma conseqüente crise de credibilidade das instituições. No que diz respeito à universidade dos anos 80, a crise econômica manifesta-se pela diminuição dos re-

cursos financeiros, queda relativa das matrículas, a partir da segunda metade desta década, reação dos docentes e maior distanciamento entre governo e instituições de ensino. O crescimento e as mudanças em termos organizacionais imprimiram características específicas ao sistema, especialmente com relação à população estudantil, que se tornou cada vez mais heterogênea (maior proporção de mulheres, maior proporção de adultos, grande proporção de alunos trabalhadores) e, também, com relação a outro desafio que este sistema passou a enfrentar: o de ampliar sua base quantitativa, ao mesmo tempo em que se moderniza. (BRAGA, 1989, p. 6 e 7).

Com as dificuldades do Estado brasileiro de formular políticas e financiar programas para a educação, surge nos anos 80 a mobilização de alguns setores da sociedade civil em torno da discussão dos principais temas educacionais, que culmina com os debates ao tempo da elaboração da Constituição Federal (KLEIN, 1992, p. 2), aprovada em 1988 e que se prolongam no decurso da elaboração e discussão dos vários projetos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que só vai ser aprovada em dezembro de 1996.

Desta forma, os principais problemas e contradições que surgem no sistema de educação superior em nível nacional, neste período de 70 e 80, se concentram nos aspectos políticos, de planejamento e organização do sistema, registrando-se o crescimento das matrículas, a expansão da rede privada e, conseqüentemente, a diversificação da

tipologia das unidades de ensino, a despeito da determinação legal de um modelo único de universidade. A expansão do sistema não vai acarretar, sistematicamente, o surgimento de novos tipos de curso, diferentes do elenco já existente no período anterior, ou seja, daqueles voltados à formação de profissionais liberais, que foram os primeiros no surgimento do ensino superior no Brasil; daqueles dirigidos à formação de profissionais para o setor produtivo (agricultura e indústria); daqueles voltados para o setor serviços (de apoio técnico à produção e na área social); daqueles cursos endereçados ao aprofundamento teórico nas diversas áreas do conhecimento – os de bacharelado nas diversas áreas científicas; e aqueles voltados ao aperfeiçoamento artístico e cultural.

Analisando o sistema de educação superior na Bahia, nesse período, ou seja, do final dos anos 60 até os anos 80, observa-se que esse Estado se integra aos movimentos da reforma universitária desenvolvidos no início dessa fase, e acompanha, também, a tendência da ampliação das matrículas detectada em nível nacional. No que se refere aos movimentos em prol da reforma da Universidade da Bahia, cumpre assinalar o início das discussões e a elaboração de alguns estudos por parte de estudantes e de outros segmentos da própria Universidade, até antes da reforma propiciada pelo governo federal (BOAVENTURA, 1999, p. 14). Já no início de 1968, as Portarias do MEC de nº 73 de 21 de janeiro, e a de nº 162 de 2 de

março e o Decreto nº 62.241 de 8 de março deste mesmo ano lançam a base legal para o funcionamento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, com a nova estrutura. A reestruturação se estende durante o ano de 1968, tendo como Reitor o Professor Roberto Santos (1967-1971) e foi empreendida com a criação de mecanismos de coordenação acadêmica, de Conselhos, Câmaras, Departamentos e Colegiados de cursos, expansão física e início da Pós-Graduação. São feitos alguns desdobramentos e conseqüente consolidação dos institutos de Ciências Básicas, incorporação de novas unidades e remanejamento de cursos. Desta forma, o Instituto de Matemática e Física, órgão suplementar, que era situado na Faculdade de Filosofia, é desmembrado, constituindo-se em duas unidades, oferecendo os seus respectivos cursos nestas áreas; os cursos de Ciências Biológicas e Letras passam a ser oferecidos em novos institutos recém-criados. A Faculdade de Educação é criada a partir do Departamento de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, do Colégio de Aplicação e do Centro de Ensino de Ciências da Bahia, e, assim, passa a abrigar o curso de Pedagogia e Licenciatura em Ciências. E o curso de Psicologia, embora integrado aos demais cursos da UFBA em 1964, passa a funcionar somente em 1968, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. As unidades incorporadas nessa reforma correspondem à Escola de Medicina Veterinária e à Faculdade de Agronomia de Cruz das Almas, reforçando o investimento da UFBA na formação de profis-

sionais para o setor primário da economia. Nesse processo de reestruturação, são absorvidas as determinações da Lei nº 5.540/68, instituída pelo Congresso Nacional, reformando todo o sistema de ensino superior do País.

Conforme já mencionado, na Bahia, também, ocorre o crescimento das matrículas. Vale registrar que, neste período, alguns cursos foram criados na UFBA buscando, até certo ponto, ajustar a oferta do ensino às demandas sociais e econômicas, a saber, os cursos de Secretariado Executivo (1969), Educação Física (1969), Formação de Psicólogo (1978), Museologia (1979), Estatística (1983), mas que não representaram significativas alterações no elenco dos cursos ofertados.

É importante ressaltar que também por iniciativa do Governo Federal, é criado neste período o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC (1976), estabelecimento isolado, que passa a oferecer cursos de tecnólogos de nível superior, especialmente para a área industrial, com vistas a atender a demanda de profissionais das indústrias em implantação na Bahia, principalmente as que estavam sendo instaladas no Pólo Petroquímico de Camaçari. De certo modo esta iniciativa, juntamente com a criação de alguns cursos da UFBA, representaram fatores de expansão das matrículas na rede federal de ensino superior do Estado, nesse período.

Entretanto, é importante registrar que a outra característica do ensino superior que ressalta nesta fase da história da educação brasileira, a que se re-

fere à ampliação da rede particular, não se efetiva na Bahia com a intensidade verificada em nível nacional. Em lugar dessa rede, vai surgir um novo setor que promoverá a singularidade do caso baiano nesse período: o Governo Estadual será o ator que vai assumir para si o movimento de expansão e interiorização do ensino superior, como um traço muito forte nas suas políticas, a partir daí até os dias atuais. Por conseguinte, no Plano Integral de Educação e Cultura do Governo do Estado, elaborado em 1969, já se consolidava uma opção política dessa expansão e interiorização.

Na realidade, a seguinte investida do Governo Estadual no ensino superior, depois da fundação da Escola Agrícola da Bahia, em 1877, do Instituto Politécnico, em 1896 e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1941, representou a criação, em 25 de outubro de 1962, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, de Jequié, de Feira de Santana, de Ilhéus, de Caetité e de Juazeiro, sendo que algumas delas só entram em funcionamento a partir de 1971, e outras nem chegaram a ser instaladas. Em 1968, é criada também pelo Governo do Estado, a Faculdade de Educação de Feira de Santana, especialmente para a formação de professores (BAHIA/SEC, 1996), que se constituiria no embrião da futura Universidade Estadual de Feira de Santana.

Em 1969, seguindo ao estabelecido no Plano Integral de Educação e Cultura, são instituídas mais duas Faculdades

des de Formação de Professores: a de Alagoinhas e a de Vitória da Conquista; é incorporada à gestão do Governo do Estado, a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco – FAMESF –, criada em 1961, e, de início, administrada pela iniciativa particular; e é criado o Centro de Educação Técnica da Bahia – o CETEBA –, que, depois de sucessivas mudanças institucionais se reunirá, mais tarde, a outras unidades que integrarão a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, criada em 1983, congregando várias instituições em diversas regiões do Estado, em regime multi-campi (BAHIA/SEC, 1996).

No bojo dessa política de expansão e interiorização do ensino superior no seu território, em 1970, o Governo do Estado cria a Fundação Universitária de Feira de Santana, que, incorporando à Faculdade de Educação já existente e criando novos cursos, vai se consolidar a partir de algumas reformas institucionais na Autarquia Universidade de Feira de Santana, em 1980 (BAHIA/SEC, 1996).

Outras unidades de ensino e novos cursos vão sendo criados em unidades já existentes na região sudoeste do Estado, a partir de 1971, (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga), que, posteriormente vão constituir a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, criada em 1980. Finalmente, as unidades e os cursos que foram sendo criados no sul do Estado (Itabuna e Ilhéus) pela iniciativa particular e que, em 1972, passam a compor reunidos a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna –

FESPI –, mantidas pela Fundação Santa Cruz, são submetidos a um processo de estadualização, em 1988 e vão se constituir na quarta universidade mantida pelo Governo do Estado, a Universidade Estadual de Santa Cruz, criada em 1991 (BAHIA/SEC, 1996).

Esse é um período marcado por uma intensa dinâmica, tanto institucional, em termos de formação das unidades de ensino, como de criação de novos cursos, alargando assim a rede pública de instituições de ensino superior no Estado, e ampliando consideravelmente o efetivo de matrículas na rede de ensino estadual, devendo-se assinalar que este movimento de expansão permanece até os dias atuais nas quatro universidades estaduais. Vale lembrar que é extremamente significativa a quantidade de cursos de licenciatura criados nas diversas áreas de conhecimento, o que afirma a vocação dessas instituições ligadas à formação de docentes para o ensino básico. No entanto, deve-se registrar o aparecimento de um elenco diversificado de cursos que se dirigem a outras carreiras e profissões nessas universidades, numa tentativa de aproximar a oferta de ensino às características socioeconômicas e culturais das regiões onde se encontram inseridas.

Mesmo não sendo uma característica marcante na Bahia, o ritmo de crescimento da rede particular de ensino evidenciado em nível nacional, nesse período, cumpre assinalar o surgimento de alguns estabelecimentos desta categoria. É criada, em 1972, a Escola de

Administração da Bahia, que, depois, agregando outros cursos, formará as Faculdades Salvador – FACS, constituindo-se no embrião da segunda universidade particular do Estado, a UNIFACS, nos anos 90; a Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública incorpora outros cursos da área médica, em 1975; cria-se a Faculdade de Turismo em 1984, que se integra à Faculdade de Educação Olga Mettig, criada no final dos anos 60; é criada a Faculdade de Ciências Contábeis, em Jequié; é autorizada a funcionar a Faculdade Ruy Barbosa, em 1989, para oferecer os cursos de Tecnologia em Processamento de Dados e Administração e, neste mesmo ano, é também autorizada a funcionar a Faculdade de Educação Física, no município de Ibicarai. Com relação à Universidade Católica do Salvador, esse período corresponde ao de consolidação, através das sucessivas aprovações dos projetos de reconhecimento, por parte do MEC, dos cursos existentes.

A análise do contexto socio-econômico e cultural da Bahia desse período pode ajudar na compreensão da trajetória da educação superior deste Estado. Conforme já referido anteriormente, o surto de desenvolvimento industrial baiano se dá na segunda metade do século XX, com os investimentos da Petrobrás, da CHESF e a instalação do Centro Industrial de Aratu, desenvolvimento materializado em um conjunto de projetos fundamentalmente voltados para a produção de bens intermediários, em uma série de estabelecimentos industriais, muitos desses projetos apro-

veitando o sistema de incentivos governamentais e das obras de infra-estrutura realizadas (AZEVEDO, 2000).

Por conseguinte, nessa fase, foi também importante a ação do Governo do Estado nesse processo, conforme mencionado, através da criação de um sistema de planejamento, composto pela Comissão de Planejamento Econômico – CPE – (1955), pelo Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial – FUNDAGRO – (1956) e a edição, em 1959, do Plano Estadual de Desenvolvimento, o PLANDEB (TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 89). Os impactos dos projetos implantados, assim como da extração e do processamento do petróleo aproveitando os campos do Recôncavo, realizados pela Petrobrás, vão marcar o início da industrialização na Bahia e das mudanças sociais que começam a se fazer sentir no final da década de 60, especificamente no que se refere à expansão da classe operária e da classe média urbana, assim como na ampliação das atividades de apoio do setor terciário (TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 89).

Esses aspectos refletem no sistema de educação superior do Estado, mesmo que neste momento os investimentos giram em torno das obras de instalação e infra-estrutura e, mesmo que muitos dos projetos implantados constituíam-se de indústrias de uso intensivo de capital e por isso com baixa absorção de mão-de-obra. Com isto, é criado na UFBA o Instituto de Química, em 1958, com professores originários da então Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras, da Escola Politécnica, da Faculdade de Farmácia e do Laboratório de Geoquímica da Escola de Geologia. Este instituto passa a abrigar o curso de Química e depois passa a oferecer o curso de Química Analista Industrial, para suprir a necessidade de profissional, principalmente para a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

A criação do CENTEC, instituição federal, já na década de 70, para oferecer cursos de tecnólogos, vai também ao encontro das necessidades de profissionais nessa área industrial. Assim, a partir da década de 70, até os anos 80, consolida-se o processo de industrialização da Bahia, com a operacionalização do Pólo Petroquímico de Camaçari, que vai inserir este Estado na matriz industrial brasileira, especializando-o como supridor de produtos intermediários para os setores de bens finais, instalados no eixo sul/sudeste do País. Nesta fase, a industrialização foi direcionada para outros setores: químico – especialmente a petroquímica – e metalúrgico, o que fez crescer o PIB do Estado em relação à média nacional (TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 90).

É importante assinalar que, embora o setor industrial não constitua um setor significativamente empregador, reflete positivamente na geração de renda e de empregos indiretos, impactando na modernização e ampliação do comércio e serviços. Esta pode ser a razão da expansão desses setores a partir da década de 80, acenando-se nos anos 90, conforme se verá adiante. Por outra parte, a parti-

cipação do Governo Estadual na elaboração e na execução de políticas de estímulo e apoio ao desenvolvimento econômico, especialmente no desenvolvimento regional, sugere a explicação do surgimento e consolidação de uma rede de educação superior mantida por esta instância de governo, que vai oferecer cursos nas diversas áreas do conhecimento, especialmente na preparação de professores para os outros níveis de ensino.

Vale lembrar que a atuação do Estado modificada nos anos 70 e 80, no sentido de abrir mão de uma ação direta, como produtor e passando a ser um forte estimulador dos investimentos privados, leva-o a adotar, em certos períodos, políticas compensatórias importantes que vão estimular a economia do interior do Estado, reduzindo os movimentos migratórios e alimentando algumas economias locais (AZEVEDO, 2000, p. 56). Esses aspectos parecem guardar uma sintonia com a ampliação de uma rede de ensino superior no interior do Estado, declaradamente voltada, dentre outros objetivos, para o desenvolvimento regional. Por outra parte, o incipiente crescimento da rede particular também denota sinais de reflexos dessa nova fase da economia baiana, principalmente nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, como resposta ao surgimento de novos espaços criados nos setores de comércio e serviços.

Deve-se acrescentar, no entanto, que os estudos sobre o cenário econô-

mico do Estado, do final da década de 80, apontam os efeitos negativos sobre a economia baiana da retração da economia nacional do início desta década, já que a atividade industrial do Estado nesse período passa a basear-se na produção de bens intermediários e, por isso, bastante correlacionada com o contexto externo. Este fato vai ratificar algumas análises recentes sobre a debilidade do processo de industrialização baiano, destacando o caráter espasmódico e pontual dos seus investimentos concentrados em blocos no tempo e setorialmente, não criando uma dinâmica endógena de encadeamentos intersetoriais capaz de dinamizar outros setores da economia (AZEVEDO e TEIXEIRA e GUERRA, 2000, p. 10 e 90, respectivamente).

No que diz respeito aos aspectos culturais nesse período, cumpre destacar o impacto imobilizador que o regime militar causou no emergente movimento cultural baiano inaugurado nos anos 50 e, com isto refletindo no sistema educacional. O modernismo cultural e científico da Universidade que deflagrara na Bahia, a partir do projeto cultural do Reitor Edgar Santos, um clima de efervescência nas diversas áreas, sofre os impactos da repressão imposta pelas medidas do governo militar. Enquanto no eixo Rio de Janeiro-São Paulo a repressão permite uma rica floração cultural porque obriga os intelectuais à resistência, na Bahia provoca desestruturação e inibição do ambiente e do movimento. E ao êxodo de parte dos intelectuais

baianos para aquele eixo, somam-se os efeitos da saída de Edgar Santos da reitoria da Universidade em 1961, acontecimentos que vão deprimir a dinâmica baiana, colocando o Estado em situação muito difícil culturalmente (RUBIM, 2000, p. 80).

A reforma universitária, no que resultou do patrocínio da ditadura, também contribuiu para a depressão do papel cultural da universidade. “A ênfase modernizante e cientificista inscrita na reforma reduz os espaços institucionais e o investimento da entidade no campo cultural, em especial nas áreas de artes, letras e humanidades” (RUBIM, 2000, p. 80). Para esse autor, as situações que se seguem para a Bahia nesse campo, principalmente com o desenvolvimento da comunicação midiática no Brasil, governada pela predominância da lógica do lucro sobre a lógica essencialmente cultural e sob a liderança do eixo Rio-São Paulo, além de outros fatores, vão determinar um papel subordinado da Bahia na comunicação e cultura midiáticas até meados dos anos 80, quando novos movimentos vão fazer ressurgir uma nova dinâmica cultural baiana, fundamentada em manifestações dos segmentos populares. Os aspectos culturais da realidade baiana, nesse período, por certo vão refletir no sistema de ensino superior que, pelo menos, no elenco da oferta de cursos, assim como na promoção dos eventos culturais e científicos nas artes, letras e humanidades, sofre um processo de desestímulo e estagnação.

## NOVAS DINÂMICAS, NOVAS CONFIGURAÇÕES: A PECULIARIDADE BAIANA SE DESVANECENDO

Cumpramos observar que é nos anos 80 que o Brasil encerra o período de ditadura militar, elaborando uma nova constituição, e é nessa fase que se iniciam os debates em torno das principais questões nacionais, nelas incluídas as do setor educacional, devendo-se ressaltar que grande parte das razões dessa crise é determinada pela situação de subordinação do País ao contexto econômico-político internacional. Desta forma, o final da década de 80 é marcado pelo clima de perplexidade diante das novas situações (política e econômica), de onde desaparecem as diretrizes políticas para a educação e, de modo particular, para o ensino superior; e é quando se iniciam os movimentos organizados de professores, alunos, pessoal técnico-administrativo das universidades federais, num clima onde são agravados os custos das atividades de manutenção e de gestão político-administrativa dessas instituições (NEIVA, 1990, p. 31). Começa-se, a partir daí, uma política de contenção da expansão das matrículas, devendo-se acrescentar que a quase estagnação do número de alunos experimentada nessa década de 80, tanto nas instituições públicas como nas privadas, só vai dar sinais de uma modesta recuperação no início dos anos 90, especialmente por conta do aumento das matrículas nas instituições públicas estaduais (DURHAM, 1998, p. 17).

Inicia-se, também, nesse período,

um processo de avaliação da implantação da reforma universitária, processo esse ampliado com as discussões de grandes temas da educação nacional. As necessidades de reestruturação do ensino superior do País eram sentidas em várias dimensões. Como já indicado, o crescimento das matrículas nas décadas de 60 e 70 e a ampliação e o fortalecimento do setor privado, gerando uma heterogeneidade de instituições a partir daí, grande parte delas se dedicando essencialmente ao ensino, vão conduzir ao esgotamento total do modelo de universidade fixado na reforma de 68; as dificuldades de financiamento das instituições públicas federais como reflexo da crise econômica do País, traduzida na impossibilidade de conciliar a promoção do ensino de massa com o desenvolvimento da pesquisa científica; a nova realidade inscrita nas mudanças contemporâneas passa a exigir uma reorganização das instituições e nova composição do elenco de cursos, conforme já analisado. Desse modo, a década de 90 é marcada pelo acirramento das discussões e debates e luta política dos diversos segmentos do sistema em torno desses temas, assim como pelo processo de reformulação da política do ensino superior do País.

O ensino superior brasileiro inicia os anos 90 sob os impactos dessa crise econômica geral do País, iniciada na década de 80, que vai introduzir elementos de disfunção nesse contexto, princi-

palmente a partir dos reflexos dessa crise no mercado de trabalho. As transformações da economia, motivadas pelo modelo de capitalismo globalizado, conferem novos matizes ao mundo do trabalho, redirecionando os critérios de empregabilidade e requerendo mudanças nas estruturas da formação profissional para atender às novas características do mercado. Os efeitos do novo modelo do capitalismo, que se desenvolve dos anos 80 para cá, formatado pelos movimentos da globalização, reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo vão imprimir também, no Brasil, novas formas de uso da força de trabalho, determinadas, de um lado, pela revolução tecnológica e, de outro, pela adoção dos paradigmas de flexibilidade e integração na produção visando a aumentar progressivamente a produtividade do trabalhador.

Com isso, as novas práticas de gestão e organização do trabalho vão transformar, em muito, o leque de requisitos para a formação profissional. Sob esse enfoque, os conteúdos pedagógicos, as metodologias de ensino, assim como a tipologia de cursos que o novo momento vai demandar serão objetos de revisão e novas proposições. Em outras palavras, a inovação tecnológica e as mudanças da gestão do trabalho conduzem à necessidade de perfis diferenciados de profissionais, introduzindo novos paradigmas nos programas de profissionalização e levando ao surgimento de uma nova tipologia de cursos a serem oferecidos.

Dessa forma, o ensino superior re-

cebe os impactos dessas mudanças sociais, políticas e econômicas. Assim, ao lado das discussões sobre a necessidade de transformações na organização curricular e metodológica do ensino superior, novos projetos de cursos aparecem para atender à modificação do rol de carreiras e profissões do mercado de trabalho mutante. Os cursos que formam desde há muito tempo os bacharéis para as carreiras liberais ou para profissões com especializações restritas no setor produtivo, com currículos fechados, e que preparam seus graduados para um desempenho profissional na perspectiva de toda a vida ativa, vão cedendo lugar a projetos novos de cursos que compatibilizam vários campos do conhecimento e de múltiplas práticas, exigindo uma significativa dose de educação geral de modo a adaptar o profissional às futuras inovações.

Cursos pouco ortodoxos como os de Quiropraxia (técnica de massagem) da Universidade Anhembí Morumbi, em São Paulo, de Ciências Aeronáuticas, da PUC-RS, que juntamente com universidades de outros estados brasileiros formam em pilotagem, de Tecnologia da Madeira, da Universidade do Planalto Catarinense, de Engenharia das Telecomunicações da Universidade Bandeirante de São Paulo, e de Terapias Naturais da Universidade Estácio de Sá, no Rio ou de outras terapias alternativas, como acupuntura, ioga e alimentação natural, em outras instituições do País, são exemplos da variedade de oportunidades que o ensino superior está oferecendo nos últimos anos (NUNOMURA, 2000).

Ao lado disso, verifica-se a direção desses novos cursos para o setor Serviços da economia, numa aproximação, da situação brasileira, das tendências das sociedades contemporâneas pós-industriais, no que diz respeito à hipertrofia deste setor e da diminuição do papel do trabalho na produção de bens materiais que caracteriza a sociedade industrial (TOURAINÉ, 1995, p. 216).

Como se pode perceber é principalmente a rede particular de ensino superior que prontamente vai implantando cursos novos e diversificados, inclusive, utilizando a variedade dessa nova oferta como atração de uma clientela que aspira aos novos postos de trabalho decorrentes das transformações acima referidas. Por seu turno, a rede de instituições federais reagem de maneira muito lenta e cautelosa a essa nova dinâmica, principalmente por conta da retração de recursos para novos investimentos, situação que vai acentuar nos anos 90. Vale observar que, no caso da Bahia, as instituições estaduais têm procurado atender a essa diversificação no seu esforço de ampliação quantitativa de suas vagas.

Em termos políticos, o governo do País, iniciado em 1995, vem promovendo uma reforma do sistema de educação superior, sustentado nos artigos da nova LDB que tratam desse nível de ensino e na edição de uma série de medidas (decretos, portarias, editais) que redirecionam as políticas do setor. É importante destacar que a nova política, por meio do Decreto 2.207/97, institui uma nova tipologia de instituições

de ensino superior, classificando-as de acordo com variados graus de abrangência e especialização. Ao destacar como novas modalidades de instituições as universidades, os centros universitários, as faculdades integradas, as faculdades, os institutos superiores e as escolas superiores, o sistema assume oficialmente a variedade de modelos em níveis progressivos de complexidade, conforme associem ou não o ensino, a pesquisa e a extensão como funções vocacionais.

Por outro lado, outros instrumentos legais vão estimular a ampliação da oferta do ensino, voltados a incrementar a criação de novas instituições ou abertura de novos cursos nas instituições existentes. Tratam-se das portarias que orientam o credenciamento de novas instituições e a autorização de funcionamento de novos cursos.

Outras medidas ligadas à questão do financiamento do ensino público, da autonomia universitária e dos critérios de avaliação, estão sendo levadas a efeito, refletindo nas universidades federais de modo a inibir o crescimento das vagas, a melhoria da qualidade do ensino e a manutenção das suas atividades, numa postura institucional que alimenta a consecução das metas político-administrativas do atual Governo de minimizar as funções do Estado brasileiro na área social.

Desta forma, as taxas de matrícula da educação superior nos últimos anos voltam a crescer com a tendência de ampliação do setor privado e da rede de instituições estaduais, multiplicando,

assim, o número de instituições das modalidades de ensino voltadas apenas à função ensino e oferecendo uma multiplicidade de cursos novos, inclusive desdobrados em várias habilitações. A característica desses desdobramentos, nesse sentido, tem facilitado a multiplicação de autorizações de um mesmo curso como, no caso da Administração, que, conforme a Resolução de nº 2 de 4 de outubro de 1993 de Conselho Nacional da Educação, no seu Artigo 3º, faculta às instituições oferecerem, além da habilitação geral, habilitações específicas, mediante intensificação de estudos correspondentes às matérias do currículo pleno, fixadas na citada resolução. Por conta dessa abertura, tem-se assistido uma verdadeira explosão de abertura desse tipo de cursos, com uma diversidade de habilitações, trabalhadas de forma comercial pelo setor empresarial do ensino, como cursos novos, oferecendo novas oportunidades de graduação.

A educação superior na Bahia segue de perto as características do sistema em nível nacional, entre meados dos anos 80 e durante os anos 90, recebendo os impactos dos efeitos da crise econômica do País, principalmente no que concerne ao financiamento das instituições federais, assim como na metamorfose do mercado de trabalho, decorrente do modelo econômico a partir daí adotado. Por outra parte, para atender a demanda sempre crescente e diversificada, as universidades estaduais permanecem criando novas instituições de ensino e novos cursos. A rede particular também começa a criar novas unidades e novos cursos com

perfis bastante diferenciados e com múltiplas habilitações específicas, principalmente voltados para o setor de serviços (Turismo, Hotelaria, Marketing, Administração Hospitalar, etc), conforme a tendência nacional. A Universidade Federal da Bahia sofre os efeitos da retração dos recursos para a sua manutenção, o que vai incidir na impossibilidade de expansão da sua oferta. Nos anos 90, apenas seis cursos novos nela são criados: Decoração, Desenho Industrial, Geofísica, Arquivologia, Licenciatura em Física (Noturno) e Fonoaudiologia.

No entanto, a dimensão dissonante nesse processo situa-se na rede de ensino estadual, que na segunda metade da década de 80 e durante a década de 90 mostrou um movimento intenso de criação de novas unidades e novos cursos nas diversas regiões do Estado. Com isso, a matrícula dessa rede triplicou no período. Do total de 44.571 alunos do ensino superior do Estado, em 1987, 7.685 estudavam nas instituições estaduais, correspondendo a 17,2% da oferta total. Durante a década de 90, esse percentual progressivamente vai dilatando, chegando, em 1998 a 31,5% de 64.138 matrículas, conforme dados do SEEC/MEC (BRASIL/MEC, 2000). Em 2000, a proporção representa 34,1% do total das matrículas do ensino superior do Estado. A marca característica da evolução do ensino superior pelo impulso do Poder Estadual que se inicia na década de 60, persiste, a partir daí, em todo o período estudado.

A iniciativa particular, na Bahia, se destaca depois dos primeiros atos da

reforma do sistema do País, em 1997, estimulada pela abertura que a legislação estabelece para o credenciamento de novas instituições e cursos. Dessa forma, são criadas novas faculdades, faculdades integradas e a Universidade Salvador, a UNIFACS, resultante da integração das Faculdades Salvador – FACS. Em 1997, foram criadas sete novas faculdades: em 1998, mais seis; em 1999, mais oito delas; e, em 2000, mais cinco instituições foram credenciadas.

Verifica-se, portanto, nesse último período em análise, tópicos concordantes da evolução do ensino superior da Bahia com as tendências nacionais desse nível de ensino. As mudanças sócio-econômicas e políticas experimentadas no País também estão presentes nessa fase da história do Estado. Em termos políticos, o Governo do Estado muda a forma de intervenção frente ao novo panorama mundial. “As políticas de incentivo perdem intensidade, as estatais são privatizadas, as políticas setoriais e regionais são desativadas e a concorrência externa se intensifica com a queda das barreiras alfandegárias e manutenção artificial de uma taxa de câmbio fortalecendo o Real” (AZEVEDO, 2000, p. 60). A indústria petroquímica, que tinha comandado nas últimas décadas o desempenho do setor químico e da própria indústria de transformação do Estado, vive um período de relativa estagnação.

Acrescenta-se que estudos feitos sobre a estrutura econômica da Região Metropolitana de Salvador detectam, por outro lado, um maior dinamismo dos Serviços, nessa região, confirman-

do, assim, a tendência do crescimento desse setor da economia nos contextos mais amplos: entre 1987/88, os Serviços ocupavam 58,1% da população ocupada na RMS e entre 1996/99 ocupavam 67,5% dessa população, salientando dentre os segmentos mais promissores para o futuro, os serviços especializados (fruto da terceirização crescente) e de maior demanda por novos serviços técnicos (informática, contabilidade, consultoria, etc); serviços auxiliares, ocupações relacionadas ao trabalho em escritórios de serviços e em firmas comerciais; serviços de comunicação e diversão, relacionados à telecomunicação e entretenimento; educação, pela pressão de uma economia cada vez mais baseada no conhecimento e na informação; saúde, tipo de serviço em crescimento acelerado; e serviços comunitários, em associações recreativas, esportivas, culturais, artísticas, comunitárias, profissionais, em organizações não-governamentais, fundações, etc, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e pesquisa científica (ALMEIDA, 2000, p. 80).

Mesmo que os dados aqui comentados se refiram à RMS, pode-se inferir que aspectos semelhantes ocorrem no interior do Estado, se se considera a efetivação da expansão desses serviços, com os avanços das tecnologias, da comunicação e das demandas por educação, saúde e entretenimento próprias das sociedades atuais, como se pode perceber pela ampliação da oferta de cursos que atendem a essas necessidades, nos campi das universidades estaduais.

Cumpre salientar que, mesmo registrando a criação de uma variedade de cursos com tais características, de acordo com as demandas de uma nova era social, figuram, também, dentre o conjunto de projetos autorizados pelo MEC na Bahia, cursos voltados para carreiras tradicionais como Direito, Arquitetura, Engenharia, assim como de cursos que caracterizaram o período do desenvolvimento industrial do Brasil, tanto nas instituições estaduais como nas particulares.

Apesar do processo de desvanecimento da especificidade do ensino superior na Bahia, em relação às tendências nacionais, ainda permanece o investimento do Estado na expansão de matrículas e na criação de cursos, bem como os limites da expansão do ensino privado pela baixa capacidade de pagamento da população baiana, o que já tinha inibido sua expansão no período 1965/1975 com a intensidade das regiões sul/sudeste.

### À GUIA DE CONCLUSÃO

O investimento do Estado da Bahia na expansão do ensino superior mantém uma participação predominantemente pública nesse grau de ensino, ao contrário da expansão no Estado de São Paulo, onde é predominantemente privada, o que demonstra a baixa capacidade de pagamento da população baiana.

Se a concentração do PIB encontra-se no Estado de São Paulo e a renda no país é mal distribuída, a expansão do ensino superior na região nordeste, em geral, e na Bahia, em particular, deve se dar predominantemente pelo investimento

estatal, o que caracterizaria uma política pública de ensino superior diferenciada, que consideraria a dimensão estratégica desse nível de ensino. Inclusive, porque a expansão ocorrida historicamente pela via privada mostrou uma deformação da oferta de cursos, o que não aconteceu com a via pública.

Esperamos que esse trabalho tenha demonstrado o perigo para as políticas públicas de ensino superior partir de dados e diagnósticos agregados nacionalmente, sem enfatizar a distribuição espacial e temática dos mesmos.

.....

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, P. H. Passado e futuro dos serviços: o caso da RMS. In: BAHIA/SEPLANTEC/SEI. **Bahia Análise e Dados**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 10, n. 1, jun/2000.
- AZEVEDO, J. S. G. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de logo prazo. In: BAHIA/SEPLANTEC/SEI. **Bahia Análise e Dados**. v. 10, n. 1, jun/2000.
- BAHIA/SEC/Coordenação de Educação Superior. **As universidades estaduais da Bahia**. Salvador: SEC.CES, 1996.
- BOAVENTURA, E. (Org.) **UFBA: trajetória de uma universidade, 1946-1996**. Salvador: UFBA, 1999.

- BRAGA, R. **Qualidade e eficiência do modelo de ensino superior brasileiro: uma reflexão crítica**. São Paulo: USP/NUPES, 1989 (Documento de Trabalho, 10).
- BRASIL/MEC/INEP/DAES. **Sinopse da educação superior 1998**. Disponível na Internet via url: <http://www.mec.gov.br>. Arquivo capturado em 20 de junho de 2000.
- DURHAM, E. (1998). **Uma política para o ensino superior brasileiro: diagnóstico e proposta**. São Paulo: USP/NUPES, 1998 (Documento de Trabalho).
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 19ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1985, 158p.
- JEZINE, E. A relação universidade e sociedade e a perspectiva da construção da hegemonia. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: avaliação institucional, Salvador, 1999. **Anais...** Salvador: UFBA/FACED/Pós-Graduação em Educação [compact disc].
- KLEIN, L. **Política e políticas de ensino superior no Brasil: 1970-1990**. São Paulo: USP/NUPES, 1992 (Documento de Trabalho).
- NEIVA, C. **As iniciativas de planejamento e avaliação na formulação de políticas públicas para o ensino superior**. São Paulo: USP/NUPES, 1990 (Documento de Trabalho).
- NUNOMURA, E. **Cursos universitários alternativos e esquisitos**. Veja, São Paulo, v. 33, n. 22, pp. 94-95, 2000.
- RUBIM, A. A. C. Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea. In: BAHIA/SEPLANTEC/SEL. **Bahia análise e dados**, v. 9, n. 4, mar/2000
- SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: USP/NUPES, 1991 (Documento de Trabalho).
- SERPA, L. F. P. **A utopia de Edgard Santos revista e atualizada**. Salvador: Edufba, 1998, 62p.
- \_\_\_\_\_. A questão da Educação Superior: a universidade pública. **Gestão universitária**. Salvador: ISP/UFBA, nº 2, nov. 1999.
- TEIXEIRA, F. e GUERRA, O. 50 anos de industrialização baiana. In: BAHIA/SEPLANTEC/SEL. **Bahia análise e dados**, v. 10, n. 1, jun/2000
- TOURAINÉ, A. **A crítica da modernidade**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995, 431p.